

**BRASIL, MOSTRA A TUA CARA: TRATAMENTO INJUSTO
E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO NO ENSINO
SUPERIO**

Isabele Vitória Marques¹
Eliany Nazaré Oliveira²
Lorena Saraiva Viana³
Ana Beatriz dos Santos Costa⁴
Maria Emilly Ferreira Cavalcante⁵

1. Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, Ceará. Brasil. Apresentadora.
2. Enfermeira. Docente do curso de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, Ceará. Brasil.
3. Enfermeira. Mestra em saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará. Sobral, Ceará. Brasil.
4. Enfermeira. Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará. Brasil.
5. Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, Ceará. Brasil.

INTRODUÇÃO: A discriminação racial constitui um fenômeno histórico, estrutural e persistente, que atravessa diferentes dimensões da vida social e impacta diretamente as experiências individuais e coletivas, especialmente no contexto brasileiro. Trata-se de uma problemática complexa, marcada por processos socioculturais que produzem desigualdades e perpetuam formas de exclusão baseadas na cor da pele e na raça, influenciando o acesso a direitos, oportunidades e condições de vida dignas. Nesse cenário, o racismo estrutural se manifesta de forma muitas vezes silenciosa e naturalizada, operando por meio de estereótipos, práticas institucionais e relações de poder que

mantêm a hierarquização racial na sociedade¹. Nesse contexto, a construção histórica do racismo no Brasil está intrinsecamente ligada ao período colonial e escravocrata, cujos efeitos ainda repercutem na contemporaneidade, sobretudo na desigual distribuição de recursos e oportunidades entre pessoas negras e brancas. Nesse contexto, embora tenham ocorrido avanços legais, como a implementação de políticas de ação afirmativa, a população negra ainda enfrenta barreiras relacionadas ao acesso, à permanência e ao pertencimento no ensino superior. O ambiente universitário, que deveria se constituir como espaço de equidade e diversidade, ainda reproduz práticas discriminatórias que impactam negativamente a trajetória acadêmica e a saúde mental de estudantes. Desta forma, as experiências de discriminação racial no contexto universitário estão associadas a sentimentos de exclusão, sofrimento psíquico e estresse, podendo comprometer o desempenho acadêmico e a permanência desses estudantes nas instituições. Tais fatores evidenciam que o racismo não se restringe a episódios isolados, mas constitui um determinante social que afeta diretamente a saúde e o bem-estar da população negra². Nesse sentido, torna-se fundamental investigar como a discriminação racial se expressa no cotidiano acadêmico, bem como as estratégias de enfrentamento adotadas pelos estudantes diante de situações de tratamento injusto. **OBJETIVO:** Diante disso, o presente estudo busca analisar as experiências de discriminação racial entre estudantes universitários, com foco na preocupação e nas respostas ao tratamento injusto, contribuindo para o avanço do conhecimento científico e para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção da equidade racial no ensino superior. **MÉTODO:** Trata-se de um estudo descritivo, transversal, com abordagem quantitativa, caracterizado como recorte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Discriminação Racial e Saúde Mental nas Universidades”, conduzida pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Saúde Mental e Cuidado (GESAM) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e financiada pelo Edital nº 04/2022 do Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica (BPI). A pesquisa foi realizada em cinco instituições de

ensino superior do estado do Ceará, abrangendo contextos públicos e privados: Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Universidade Federal do Ceará (UFC – campus Sobral), Faculdade Luciano Feijão (FLF), Faculdade 05 de Julho (F5) e Faculdade IEducare (FIED). A amostra foi composta por 829 estudantes regularmente matriculados nessas instituições, com idade igual ou superior a 18 anos, sem restrições quanto a sexo, gênero, estado civil ou renda familiar, garantindo maior diversidade e heterogeneidade do grupo investigado. A coleta de dados ocorreu entre setembro e dezembro de 2023, em duas etapas complementares: virtual e presencial. Inicialmente, utilizou-se a aplicação on-line por meio da plataforma Google Forms, com envio dos questionários via e-mail institucional dos estudantes, disponibilizados pelas universidades participantes. Paralelamente, foi realizada coleta presencial, especialmente junto aos estudantes que não responderam ao formulário virtual, nos espaços acadêmicos, como salas de aula e restaurantes universitários, em horários estratégicos. A divulgação da pesquisa contou com estratégias comunicacionais dinâmicas, incluindo redes sociais (Instagram e WhatsApp) e materiais visuais com a frase “Na minha universidade não cabe sua discriminação”, visando ampliar o engajamento dos participantes. Os instrumentos de coleta incluíram um questionário sociodemográfico e a Escala de Experiências de Discriminação Racial, originalmente desenvolvida no estudo CARDIA e posteriormente validada para diferentes contextos. A escala avalia vivências de discriminação relacionadas à raça ou cor da pele e contempla categorias como tratamento injusto e preocupação, sendo estas as dimensões analisadas neste estudo. A consistência interna da escala foi considerada adequada, com valores de alfa de Cronbach iguais ou superiores a 0,74, indicando confiabilidade dos dados obtidos. Desta forma, para a análise dos dados, utilizou-se estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas, além de testes de associação, como o Qui-quadrado de Pearson e o teste exato de Fisher, adotando-se nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$). Esses testes permitiram verificar a existência de associação entre as variáveis da escala e os fatores sociodemográficos e institucionais, considerando a

hipótese nula de independência entre as variáveis analisadas. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú, sob parecer nº 6.279.258, respeitando os princípios éticos da Resolução nº 466/2012 e da Lei nº 14.874/2024. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo voluntariedade, confidencialidade e o direito de desistência a qualquer momento. Os riscos foram considerados mínimos, embora reconhecida a possibilidade de desconforto emocional devido à temática abordada, sendo assegurado suporte ético e respeito à dignidade dos participantes.

RESULTADOS: Os resultados evidenciaram associação entre a faixa etária e as formas de enfrentamento ao tratamento injusto entre estudantes universitários do Ceará, analisadas a partir da Escala de Experiências de Discriminação Racial. Diante disso, observou-se que estudantes mais jovens, especialmente entre 18 e 21 anos, apresentaram maior tendência à aceitação do tratamento injusto como um fato da vida, com percentuais em torno de 30%, enquanto a maioria já demonstrava atitudes de reação. À medida que a idade avança, verifica-se uma redução progressiva dessa aceitação passiva, alcançando cerca de 17% entre estudantes com mais de 30 anos, concomitantemente ao aumento de posturas ativas, com mais de 80% relatando tentar fazer algo diante da injustiça percebida. Esse padrão também foi observado nas faixas intermediárias, indicando que, a partir dos 22 anos, há uma inflexão importante no comportamento, com predominância de respostas mais assertivas frente às situações de discriminação. Desta forma, a análise inferencial confirmou associação estatisticamente significativa entre faixa etária e forma de reação ao tratamento injusto, evidenciando que o avanço da idade influencia diretamente as estratégias de enfrentamento. Por outro lado, no que se refere ao compartilhamento dessas vivências, não foram identificadas diferenças estatisticamente significativas entre as faixas etárias, sendo predominante, em todos os grupos, a tendência de conversar com outras pessoas sobre a situação, em detrimento de guardar a experiência para si. Esse achado ressalta a importância das redes de apoio social como estratégia coletiva de

enfrentamento das experiências de injustiça. Também é perceptível a maior aceitação do tratamento injusto entre estudantes mais jovens pode ser compreendida à luz do racismo estrutural, que historicamente opera por meio do silenciamento e da naturalização das desigualdades. Conforme discutido em estudos recentes, esse padrão persistente de racismo no Brasil contribui para a perpetuação de práticas discriminatórias, muitas vezes internalizadas desde cedo, o que pode explicar a maior passividade observada nas faixas etárias mais jovens³. Ainda assim, os dados também evidenciam a emergência de novas formas de resistência, especialmente entre jovens adultos, que passam a se posicionar de maneira mais ativa frente às injustiças. Deste modo, esses achados dialogam com a literatura nacional, como o estudo de Schulz e Wienke⁴, que demonstra que a população negra no Brasil enfrenta injustiças de múltiplas naturezas, socioeconômicas, físicas, verbais, etárias e culturais, reforçando a importância de políticas públicas de enfrentamento, como as ações afirmativas. Apesar de avanços como a Lei de Cotas, a percepção de injustiça permanece presente no cotidiano dos estudantes, como evidenciado neste estudo. Concomitantemente, corroborando esses resultados, um estudo qualitativo com estudantes universitários de diferentes cursos e faixas etárias, identificaram que as experiências de discriminação e o sentimento de injustiça permeiam a vida cotidiana, gerando impactos emocionais negativos tanto para quem vivencia quanto para quem testemunha tais situações⁵. Essas experiências reforçam a compreensão da universidade como um espaço ainda marcado por desigualdades estruturais, exigindo dos estudantes estratégias constantes de enfrentamento e resistência. Nesse contexto, observa-se que, embora o reconhecimento do tratamento injusto esteja presente entre os estudantes, há diferenças importantes nas formas de enfrentamento ao longo do ciclo de vida acadêmica. Estudantes mais jovens tendem a apresentar maior passividade, possivelmente em função de processos de socialização marcados pelo silenciamento histórico da população negra. Por outro lado, estudantes mais velhos demonstram maior engajamento em ações de enfrentamento, refletindo um processo de

amadurecimento, fortalecimento identitário e maior consciência de direitos. Assim, os resultados apontam para um movimento de transição da aceitação para a ação, evidenciando que, apesar das tentativas históricas de silenciamento, a população negra tem desenvolvido estratégias de resistência que se expressam, contemporaneamente, por meio de mobilizações sociais, expressões culturais e fortalecimento comunitário. Dessa forma, reforça-se a necessidade de ampliar políticas institucionais e ações educativas que promovam o empoderamento, a equidade racial e o enfrentamento ao racismo no contexto universitário, especialmente entre estudantes em fases iniciais da formação acadêmica. **CONCLUSÃO:** Os achados deste estudo evidenciam que a faixa etária exerce influência significativa nas formas de enfrentamento ao tratamento injusto entre estudantes universitários, indicando que o avanço da idade está associado a uma maior adoção de posturas ativas frente às experiências de discriminação racial. Observou-se que estudantes mais jovens tendem a apresentar maior aceitação passiva dessas situações, enquanto aqueles com idade superior a 22 anos demonstram maior capacidade de reação, sugerindo um processo progressivo de amadurecimento, fortalecimento identitário e ampliação da consciência crítica acerca das injustiças vivenciadas. Além disso, independentemente da idade, o compartilhamento das experiências com outras pessoas mostrou-se uma estratégia predominante, reforçando a relevância das redes de apoio social como elemento central no enfrentamento das situações de discriminação. Esse dado evidencia a importância do suporte coletivo na construção de mecanismos de resistência e na elaboração das vivências de injustiça. Os resultados também apontam que a persistência da aceitação do tratamento injusto entre os mais jovens pode estar relacionada à naturalização das desigualdades, decorrente do racismo estrutural que historicamente silencia e invisibiliza a população negra. Contudo, observa-se um movimento de transição importante ao longo da trajetória acadêmica, no qual emergem formas mais ativas de enfrentamento, indicando a construção de novas estratégias de resistência no contexto universitário. Dessa forma, conclui-se que,

embora o reconhecimento do tratamento injusto seja uma realidade entre os estudantes, as respostas a essas experiências não são homogêneas, sendo moduladas por fatores como a idade e o processo de desenvolvimento social e político dos indivíduos. Esses achados reforçam a necessidade de fortalecimento de políticas institucionais e ações educativas voltadas à promoção da equidade racial, ao empoderamento estudantil e ao enfrentamento do racismo nas universidades, especialmente direcionadas aos estudantes em fases iniciais da formação acadêmica, contribuindo para a construção de ambientes mais inclusivos, críticos e socialmente justos.

REFERÊNCIAS:

1. Almeida SL. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen; 2019.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.
3. Oliveira EN, et al. Racismo estrutural e experiências de discriminação no Brasil: implicações sociais e subjetivas; 2022.
4. Schulz R, Wienke FF. O combate à injustiça racial à luz do princípio da igualdade: o caso do sistema de cotas no Brasil. Revista TOMO. 2012;(20):87-102.
5. Baumgarten M, et al. Experiências de discriminação e sentimentos de injustiça em estudantes universitários;2019.

DESCRITORES: Justiça social; Saúde Mental; Racismo.

EIXO TEMÁTICO: EIXO 3: Prática social, cuidado e impactos na saúde da população.